

1

Lundes P. Wesleygo contra
CEE e FNEI 4

- Entrevista
- Toruon "O TEMPO"
- jornalista HÂNDEL DE
Fundação Cuidar o Futuro

2 fev. 84



MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Ambassadeur du Portugal

auprès de l'Unesco

Fundação Cuidar o Futuro



EXPRESSO

TEMPO

-2. FEV. 1984

A BOLA
GAZETA DOS DESPORTOS
RECORD
OFF-SIDE
AVANTE
ACÇÃO SOCIALISTA
POVO LIVRE

ENTREVISTA

Lurdes Pintasilgo
contra
a CEE e o FMI

Pág. 16

MARIA DE LURDES PINTASILGO E A ADESAO A CEE

"Um atentado à nossa História e à nossa dignidade no Mundo"



Händel de Oliveira - Redactor principal

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, quer se queira, quer não, é uma das personalidades portuguesas de maior prestígio em todo o Mundo. Isso não impede que seja fácil entrevistá-la. Comprovámo-lo, agora, nesta entrevista que nos concedeu. Fácil e reconfortante. Não põe tabus na conversa. Encara as questões com realismo, mas imprime-lhes, mesmo às mais complexas e negativas; a esperança de que serão solucionadas. De uma alegria contagiante, fluente no falar, a única dificuldade para o jornalista é condensar os muitos pensamentos que nos transmite e que desejariamos revelar ao leitor para que também ele aprenda os motivos que levam esta mulher a acreditar que vale a pena lutar por uma vida melhor, que vale a pena viver. Mas passemos a factos.

Diz-nos Maria de Lurdes Pintasilgo: A lealdade para com a minha Pátria passa pela minha lealdade para com a Humanidade, o que significa duas coisas: que no tratamento das questões portuguesas tenho sempre presente a dimensão mundial, e em segundo lugar que realizar uma tarefa a tempo inteiro e plenamente com o povo português e para o povo português não significa de modo nenhum, antes pelo contrário, um divórcio para com os destinos da Humanidade. É dentro deste espírito, precisamente, que a antiga embaixadora de Portugal na UNESCO e actual membro de dois organismos que congregam as maiores sumidades mundiais — o Conselho Directivo da Universidade das Nações Unidas e do Conselho Internacional Interação (grupo que reúne 25 antigos Chefes de Estado e de Governo de todo o Mundo) — é dentro deste espírito universalista que, nesta entrevista a eng.ª Pintasilgo se manifesta contra a actuação do FMI - Fundo Monetário Internacional, especificamente contra a forma do acordo aceite por Portugal; contra a forma como é apresentada a adesão de Portugal à CEE - Comunidade Económica Europeia; e contra a política externa portuguesa seguida no presente.

UMA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL «SUI GENERIS»

Primeira questão posta: o que é a Universidade das Nações Unidas e o que faz? Instituição sui generis, de carácter completamente internacional, cujo objectivo fundamental é o de contribuir para que se solucionem os problemas mais urgentes e mais sérios a que a Humanidade tem que fazer face, assim definiu a nossa entrevistada a Universidade das Nações Unidas, de que faz parte e onde, além de ser o único elemento que não é professor universitário, exerce as funções de presidente da Comissão de Programas.

A Universidade começou a sua actividade em 1975 e procura não só estimular a investigação, como pôr em contacto os investigadores e os cientistas, e também difundir o conhecimento. O Centro Académico e Administrativo da Universidade localiza-se em Tóquio, onde no entanto estão apenas 120 pessoas, porque ao contrário do que é habitual, não se trata de uma Universidade geograficamente localizada e aí esgotando as suas capacidades. A Universidade funciona através de ligações, a que chamam redes: uma rede a nível individual e colectivo — contratos com cientistas ou com grupos de cientistas, para a execução de determinados projectos; uma segunda rede, com centros de investigação ou departa-

mentos universitários, ligados especialmente à Universidade em regime de associação; e uma outra terceira, com instituições incorporadas, que são da iniciativa da própria Universidade e que só agora começam a aparecer. Revela-nos a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

IMIDE: CRIAR UMA NOVA CIÊNCIA ECONÓMICA

Criámos a primeira na reunião realizada em Dezembro: o IMIDE - Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico. Dois países se ofereceram para neles se instalar a sede do Instituto: a Holanda e a Finlândia. Depois de aturados estudos optou-se por Helsínquia.

A eng.ª Pintasilgo defendeu fortemente a implantação na Finlândia porque entendo que na Europa não deve haver países de primeira e países de segunda, isto é, países que pela sua situação geográfica se encontram na encruzilhada de todos os acontecimentos e países que permanecem sistematicamente à margem. Sublinhou depois: perante a hegemonia económica dos países que constituem o eixo da Europa Ocidental, há que reforçar, por todos os meios, os lugares dos países geograficamente periféricos, como é também o nosso.

O Instituto vai começar a funcionar já este ano e espera-se que venha a conseguir realizar a tarefa gigantesca de criar uma ciência económica adaptada às exigências deste fim de século, e de fornecer a todos os países novos instrumentos, que lhes permitam enfrentar a sua debilidade crescente no domínio da economia.

Neste momento, a Universidade das Nações Unidas tem em curso 85 projectos, bem concretos e que se desdobram em múltiplas áreas estando a ser examinados pela Comissão de Programas da Universidade, para garantir a adequação de cada um aos objectivos concretos desta Instituição.

COMO O OCIDENTE PERDEU UM LUGAR NA ONU

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo já nos havia explicado o mecanismo da escolha dos elementos que integram o Conselho Directivo da Universidade. Pedimos-lhe que nos dissesse como foi escolhida:

É difícil saber porque é que uma pessoa é escolhida para determinada função, a não ser atribuindo tudo isso, talvez, até a um certo acaso. Posso acrescentar-lhe que soube que o meu nome foi sugerido por várias das agências das Nações Unidas ao secretário-geral da ONU e, de uma forma especial, foi-me dado conhecimento, como aliás os jornais noticiaram, que o próprio Estado da

Santa Sé indicara, quer na sede da UNESCO, quer na sede das Nações Unidas, uma lista de personalidades que o Vaticano gostaria de ver presentes, na sua qualidade de cristãos, no Conselho da Universidade. Na lista constava o meu nome.

Sobre os motivos da escolha, a eng.ª Pintasilgo adiantou-nos: Em 1980, penso que esta é uma razão que deve também ter pesado na escolha, terminou o seu mandato a primeira mulher que exerceu funções de chefia no sistema das Nações Unidas — uma finlandesa, que foi secretária-geral adjunta para as questões sociais e humanitárias. Nessa altura foi proposto pelos representantes da Noruega e da Inglaterra, com o apoio do representante dos Estados Unidos, no grupo dos países ocidentais, na ONU, o meu nome que, se por um lado mantinha este lugar no Mundo Ocidental, por outro acolhia a simpatia de todos os representantes das nações não alinhadas. O secretário-geral de então, Kurt Waldheim, exprimiu o seu interesse, junto do Governo português, na minha

selho, de que a nossa entrevistada faz parte desde o início, é Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas durante doze anos.

Sobre a actuação deste Conselho no aspecto do desenvolvimento na tentativa de resolver os problemas da depauperização do Hemisfério Sul, a eng.ª Pintasilgo refere que é muito importante este conjunto de pessoas considerar que, a maneira como alguns países estão a resolver o seu problema do défice interno do Estado, aumentando as taxas de juro vem a ter enorme repercussão em todos os países pobres, aumentando a sua dívida externa de modo artificial e escandalosamente injusto. Tudo se passa como se os pobres tivessem que tirar do pouco que têm para pagar as dívidas dos ricos! Diz ainda:

É importante o apelo que se faz aos países industrializados para que este mecanismo não seja constantemente accionado, e isso é irremediável também o facto de se afirmar que é indispensável a modificação da chamada condicionalidade do Fundo Monetário Interna-

negociado um acordo, uma atitude que me parece insuficientemente combativa e demasiado resignada.

ADESAO A CEE:

«UM ATENTADO À NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA»

Uma questão candente: qual a posição da nossa entrevistada quanto à adesão de Portugal à CEE?

O problema devia ter sido posto quando Portugal pediu a adesão, em 1977, e julgo que erradamente se puseram esperanças nela. Dois erros fundamentais foram cometidos em sua opinião: o primeiro, o desconhecimento manifestado quanto à evolução interna da CEE, mas previsível, dado que as dificuldades no seio da Comunidade estão patentes desde há dez anos, designadamente quanto à implementação da Política Agrícola Comum. É um erro imperdoável — salienta — em políticos que se consideram europeus.

O segundo erro, que lhe parece ser igualmente grave, foi definir a entrada de Portugal na CEE como — e estou a citar textualmente declarações de governantes do nosso País — um grande designio nacional, ou

Impunha-se pôr uma questão mais objectiva: «o que pensa se pode e deve fazer no presente?» Não houve hesitação na resposta:

É o grande projecto das relações externas de Portugal e o seu posicionamento no Mundo que estão em causa. E aí creio que teríamos que recuperar algo da nossa capacidade histórica a partir do século XV e nos séculos XVI e XVII. Tereamos que recuperar primeiro a grande aventura que nos levou para a América Latina e transformar os laços românticos que nos ligam ao Brasil (com quem temos menos comércio do que com a Suécia) em laços verdadeiramente operacionais. Encontra-se ali um dos grandes líderes do Hemisfério Sul no século que se aproxima, com laços inegáveis com Portugal.

Quanto à forma de concretizar a política externa com África, também a solução é formulada pela nossa entrevistada:

Teríamos que repensar, em termos realistas e responsáveis as nossas relações com o mundo africano. Quando digo mundo africano, é evidente que digo em primeiro lugar os países que foram colónias portuguesas em relação aos quais há um passado de convivência e há uma responsabilidade histórica. Mas foi Portugal que percorreu a costa de África. E há por isso nos fundamentos de quase todos os Estados da costa africana uma ligação muito grande, quer pelas fortalezas que deixámos, como é o caso do Gana, quer pelos documentos existentes nos nos-

so arquivos, como é o caso de Benin ou da Nigéria, por exemplo e com os quais devíamos encetar um diálogo completamente diferente do actual. E não só um diálogo, mas relações concretas, mesmo que tal obrigue a enfrentar certos riscos.

No que diz respeito às relações de Portugal com a Ásia, a eng.ª Pintasilgo distingue dois pólos: o pólo do Indostão, o refazer da nossa presença em contacto com esse imenso povo com mais de 700 milhões de habitantes, que é o povo indiano, e, para tal, criar mecanismos a nível cultural, científico, económico e outros; e um segundo pólo, no Extremo Oriente, onde se encontra a grande concentração da Humanidade, e em que se inclui o Japão e a China. Nos dois países há uma enorme abertura ao contacto com Portugal, e a China está neste momento numa fase em que o seu desenvolvimento passa pelas tecnologias intermédias e em que necessariamente Portugal pode contribuir com uma sabedoria, um «Know how», que tem.

Faltava referir os líderes dos dois grandes blocos mundiais: os Estados Unidos e a União Soviética. Que relações preconiza a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo com estas duas superpotências?

Considero que para um País como Portugal, as relações com as superpotências têm que se enquadrar no esquema global das relações com os países do resto do Mundo, e não o contrário.



nomeação. Dada, porém, a hostilidade que os governantes dessa altura manifestaram continuamente a meu respeito, nem sequer o convite me foi comunicado. O secretário-geral nomeou então uma mulher das Filipinas para aquele cargo, visto que a alternativa era alguém do Terceiro Mundo.

Quer dizer, em conclusão do jornalista: o bloco ocidental pelas suas próprias mãos, isto é pelas mãos do Governo português, diminuiu a sua representação nos órgãos directivos do sistema das Nações Unidas.

O QUE QUEREM OS 25 CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

O prestígio e a acção da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não se esgotam, mesmo a nível internacional, nem na Universidade das Nações Unidas, nem muito menos na UNESCO. Abrange igualmente a actividade do grupo agora constituído por 25 antigos Chefes de Estado e de Governo. Denomina-se Conselho Internacional de Interação.

Foi criado por iniciativa do ex-Primeiro-Ministro japonês Takeo Fukuda, com o objectivo de implementar uma metodologia de trabalho que consiga aproveitar tudo quanto internacionalmente se tem feito para estimular e levar à prática, no âmbito das Nações Unidas, na defesa dos grandes domínios da Paz e do Desenvolvimento. O primeiro presidente deste Con-

selho. Explicita a nossa entrevistada o pensamento acerca do FMI:

O FMI deve tornar-se mais sensível à situação social e às estratégias de desenvolvimento dos países aos quais concede empréstimos. Evidentemente que não passamos por cima da má gestão existente em alguns países, a braços com grandes dívidas externas. O que dizemos é que essas dívidas externas são muitas vezes acentuadas pelos mecanismos internacionais existentes. É porque o reconhecemos que propomos uma moratória para o pagamento da dívida externa dos países que não têm possibilidade de a pagar, quer cancelando-a, quer escalonando-a no tempo e em melhores condições.

Directamente relacionado com Portugal, um assunto foi posto à eng.ª Pintasilgo: considera que o auxílio do FMI a Portugal está desajustado às condições portuguesas? Eis a resposta:

Considero que a chamada condicionalidade do FMI é totalmente insensível ao processo de desenvolvimento dos países pobres. Ora o Fundo foi criado não para tapar buracos de dívidas, mas para ajudar o desenvolvimento. Não nos basta lutar contra o poder que os países financiadores exercem dentro do Fundo: Considero também que Portugal tem tido, nas ocasiões em que tem

como a prioridade das prioridades, pois o Mercado Comum, nas suas linhas essenciais é um mercado com características económicas. Se não fosse um mecanismo económico, como é que se justificava a recusa prática à entrada de Portugal e Espanha? É evidente que os países europeus não pretendem dizer que Portugal e a Espanha não são europeus. Isso era totalmente inadmissível.

POLÍTICA EXTERNA: «ENFRENTAR CERTOS RISCOS»

A indignação da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo é visível:

A nossa adesão à CEE foi tratada como se realmente fosse um designio nacional, numa atitude de ingenuidade ou, mais grave, de tentativa de escamotear a ausência de um projecto nacional. De um grande projecto que trouxesse à superfície aquilo que são as nossas raízes fundamentais e a nossa capacidade de construir o nosso destino com as nossas próprias mãos.